



Universidade Federal do Ceará
Pró-Reitoria de Graduação
Coordenadoria de Pesquisa e Acompanhamento Docente – CPAD
Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Curricular

1. Curso: Direito | 2. Código: 14 e 15

3. Modalidade(s): Bacharelado() Licenciatura() Profissional() Tecnólogo()
4. Currículo (Ano/Semestre): 2012.1

5. Turno(s): () Diurno Vespertino () Noturno ()

6. Unidade Acadêmica: Faculdade de Direito

7. Departamento: Direito Público

8. Código PROGRAD: DB117

9. Nome da Disciplina: Direito Municipal e Urbanístico

10. Pré-Requisitos: DC138 e DB100

11. Carga Horária / Número de Créditos:

Duração em Semanas:	Carga Horária Semanal: 04 h/a	Carga Horária Total: 64 h/a
16 Semanas		

Teórica: () Prática: ()

Número de Créditos: 04 Semestre: a partir do 9º

12. Caráter de Oferta da Disciplina:
Obrigatória () Optativa ()

13. Regime da disciplina: Anual() Semestral ()

14. Justificativa: A disciplina de *Direito Municipal e Urbanístico* se propõe a estudar os princípios e normas que devem reger os espaços mais próximos ao homem destinados para sua moradia, trabalho, circulação e lazer. No Federalismo brasileiro, esse espaço é o Município dotado de autonomia e competências definidas na Constituição de 1988 para melhor administrá-los e organizá-los, na

interação que se faz necessária entre as dicotomias “cidade-campo”, “zona urbana e zona rural”. A partir desse conceito amplo, torna-se fundamental o estudo sobre o Município enquanto entidade político-administrativa e pessoa jurídica de direito público interno para se atingir a compreensão da regulação e administração dos espaços urbanos que o Direito Urbanístico vem abrigando. Nessas duas abordagens, encontram-se os parâmetros de compreensão da estrutura de poder espacial brasileira e dos limites normativos do exercício desse poder, em particular, no que se refere à ordenação das cidades de modo a proporcionar melhor qualidade de vida aos seus habitantes e proteção ao meio-ambiente. A metodologia para o desenvolvimento desse projeto comporta estudo de textos teóricos e doutrinários sobre o vasto campo de atuação municipal, mas volta-se, sobretudo, para o estudo de casos, através de julgados de vários tribunais brasileiros envolvendo temas referentes ao Direito Municipal e Urbanístico, sobretudo, casos que envolvam os interesses de Municípios no Estado do Ceará.

15. Ementa:

1. A cidade. História da cidade. Noções do conceito de cidade. Cidade contemporânea. Realidade urbana no Brasil
2. Conceitos básicos: cidade e município, conurbação, regiões metropolitanas e aglomerados urbanos. O Direito Urbanístico. Formação. Conceito, objeto, fontes e autonomia. Relações com demais ramos do Direito
- 3.A Ordem Jurídico-Urbanística na Constituição de 1988. Princípios do Direito Urbanístico. Capítulo da Política Urbana na Constituição de 1988. Direito à Cidade e demais Direitos Fundamentais informadores do Direito Urbanístico. A ordem urbanística como direito difuso.
4. A Disciplina Urbanística da Propriedade. Direito de propriedade e função socioambiental. Solo urbano e propriedade urbana. Propriedade e direito de construir. Restrições de vizinhança. Restrições urbanísticas e administrativas. Restrições ambientais. Controle e fiscalização das construções.
5. Planejamento urbano: concepções e regime jurídico. Pacto federativo e competências relativas ao planejamento urbanístico. Planos federais, estaduais e municipais. Planos Diretores: natureza jurídica, obrigatoriedade, função e conteúdo. Planejamento metropolitano
6. A Política Urbana no Brasil. A lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Princípios e diretrizes. Instrumentos da política urbana.
- 7.Plano Diretor. Gestão democrática da cidade.
8. Responsabilidades dos agentes públicos na execução da política urbana
- 9.Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano. Parcelamento, loteamento e desmembramento. Infra-estrutura urbana.
- 10.Obrigações do empreendedor. Loteamentos clandestinos e irregulares. Loteamentos fechados. Alienação das unidades edificáveis.
- 11.Zoneamento urbano. Macrozoneamento e microzoneamento.
- 12.Zonas Especiais. Disciplina de Uso e Ocupação do Solo.
- 13.Irregularidade urbana. Instrumentos de regularização. Usucapião. Demarcação urbanística. Legitimação de posse. Direito de superfície.
14. Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. Concessão de Direito Real de Uso. Concessão de uso Especial para Fins de Moradia.
15. Cessão de uso. Autorização de uso. Retificação de registro imobiliário.

16. Descrição do Conteúdo:		
17.Unidades e Assuntos das Aulas Teóricas:	Semana	Nº de Horas-Aulas:
1. A cidade. História da cidade. Noções do conceito de cidade. Cidade contemporânea. Realidade urbana no Brasil	1ª	02
2. Conceitos básicos: cidade e município, conurbação, regiões metropolitanas e aglomerados urbanos. O Direito Urbanístico. Formação. Conceito, objeto, fontes e autonomia. Relações com demais ramos do Direito	1ª, 2ª	06
3. A Ordem Jurídico-Urbanística na Constituição de 1988. Princípios do Direito Urbanístico. Capítulo da Política Urbana na Constituição de 1988. Direito à Cidade e demais Direitos Fundamentais informadores do Direito Urbanístico. A ordem urbanística como direito difuso.	3ª, 4ª	06
4. A Disciplina Urbanística da Propriedade. Direito de propriedade e função socioambiental. Solo urbano e propriedade urbana. Propriedade e direito de construir. Restrições de vizinhança. Restrições urbanísticas e administrativas. Restrições ambientais. Controle e fiscalização das construções.	4ª, 5ª	04
5. Planejamento urbano: concepções e regime jurídico. Pacto federativo e competências relativas ao planejamento urbanístico. Planos federais, estaduais e municipais. Planos Diretores: natureza jurídica, obrigatoriedade, função e conteúdo. Planejamento metropolitano	5ª	02
6. A Política Urbana no Brasil. A lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Princípios e diretrizes. Instrumentos da política urbana.	6ª	04
7. Plano Diretor. Gestão democrática da cidade.	7ª	04
8. Avaliação	8ª	02
8. Responsabilidades dos agentes públicos na execução da política urbana	8ª, 9ª	06
9. Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano. Parcelamento, loteamento e desmembramento. Infra-estrutura urbana.	10ª e 11ª	06
10. Obrigações do empreendedor. Loteamentos clandestinos e irregulares. Loteamentos fechados. Alienação das unidades edificáveis.	11ª, 12ª	04

11. Zoneamento urbano. Macrozoneamento e microzoneamento.	12 ^a , 13 ^a	04
12. Zonas Especiais. Disciplina de Uso e Ocupação do Solo.	13 ^a , 14 ^a	04
13. Irregularidade urbana. Instrumentos de regularização. Usucapião. Demarcação urbanística. Legitimação de posse. Direito de superfície.	14 ^a , 15 ^a	04
14. Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. Concessão de Direito Real de Uso. Concessão de uso Especial para Fins de Moradia.	15 ^a , 16 ^a .	04
15. Cessão de uso. Autorização de uso. Retificação de registro imobiliário.	16 ^a	02
15. Avaliação	16 ^a	2

17. Bibliografia básica:

MEIRELLES, Hely Lopes, *Direito Municipal Brasileiro*. 16^a ed. Atualizada por Marcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008

SILVA, Jose Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. 5^a. Ed. São Paulo: Malheiros, 2006

18. Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. *Competências na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas, 3^a edição, 2005.

_____. *A Constituição do Estado Federal e das Unidades federadas*. Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal – Subsecretária de Edições Técnicas, nº 95, p. 171-182, jul-set 1987.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira a partir da versão francesa de Marcel Prélot., São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ATALIBA, Geraldo. *República e constituição*, 1998.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios*. Ed. Malheiros, 2003.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. *Teoria Geral do Federalismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

_____. *O Princípio da Subsidiariedade: Conceito e evolução*. Rio de Janeiro.

BARROSO, Luís Roberto. *Direito Constitucional Brasileiro: O Problema da Federação*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. *Temas de Direito Constitucional, Tomo I. A derrota da Federação: o colapso*

financeiro dos Estados e Municípios. pg. 141-152. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BASTOS, Celso Ribeiro Bastos. *Curso de Teoria do Estado e Ciência Política*. São Paulo: Saraiva, 1995.

BAYÓN, Juan Carlos. *Derechos, democracia y Constitución*. In CARBONELL, Miguel (org.). *Neo constitucionalismo (s)*. 2003

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade – Para uma Teoria Geral da Política*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.

_____ e VIROLI, Maurizio. *Diálogos em torno da República*, 2002, p 1-56.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo. Malheiros, 2004.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *As políticas públicas e o direito administrativo*. Revista Trimestral de Direito Público nº 13, pg. 135/6, 1996.

CASSEB, Paulo Adib. *Federalismo Aspectos Contemporâneos*. Ed. Oliveira Mendes.

FERNANDO BADÍA, Juan. *El Federalismo*. Revista de Estudios Políticos. Madrid: Instituto de Estudios Políticos de Madrid, n. 206/207, mar/jun. 1976, p. 21.

FERRARI FILHO, Sérgio Antônio. *A Constituição Estadual no Federalismo Brasileiro e sua (Des) Importância Atual*. Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. *La Revisión del Sistema de Autonomías Territoriales: Reforma de Estatutos, Leyes de Transferencia y Delegación, Federalismo*. Madrid: Cuadernos Cívitas, 1988.

GOMES, Simone Maiato e TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza. *A necessidade de integração dos municípios no processo de solução de problemas de segurança pública*. Revista de Administração Municipal nº 260, IBAM, out/nov/dez de 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia – entre Facticidade e Validade*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1997.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James e JAY, John. *Os Artigos Federalistas*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1987.

HESSE, Konrad. *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1998.

MARTINS, Cristiano Franco. *Princípio federativo e mudança constitucional. Limites e Possibilidades na Constituição Brasileira de 1988*. Ed. Lumen Juris.

MEIRELLES, HELY LOPES. *Direito Municipal Brasileiro*. 16ª.ed. Atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

MERLIN, Meygla Maria Araujo. *O Município e o Federalismo*. Ed. Mandamentos.

RAMOS, Dirceo Torrecillas. *O Federalismo Assimétrico*. 2ªedição/2000. Ed. Forense.

REZENDE, Fernando. *Globalização, federalismo e tributação*. Revista de Administração Municipal nº 241, IBAM, mai/jun 2003.

RISSARDO, Agnes. *Municípios se engajam no combate à pobreza*. Revista de Administração Municipal nº 241, IBAM, mai/jun 2003.

SAMPAIO, José Adércio Leite Sampaio. *O federalismo suíço: as peculiaridades de um estado plural*. Revista de Direito do Estado – RDE, nº 3, p. 113-136, Ed. Renovar, 2006.

_____. *Harmonia entre os Poderes e governabilidade*. Revista de Direito do Estado – RDE nº 1, pg. 25-35. Ed. Renovar, 2006.

SILVA, Ricardo Almeida Ribeiro da. *O Princípio Federativo na Formação dos Novos Paradigmas Estatais – Uma Análise do Federalismo Brasileiro sob o Prisma da Subsidiariedade e do Comunitarismo*. Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. *Aspectos contemporâneos da municipalização do ensino fundamental*. Revista de Administração Municipal nº 259, IBAM, jul/ago/set 2006.

SOUZA, Terezinha Oliva de. *Os impasses do Federalismo Brasileiro*. Ed Paz e Terra.

STERN, Klaus. *Derecho del Estado de la Republica Federal Alemanha*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1987.

TREVAS, Vicente Y Plá. Revista de Administração Municipal nº 254, IBAM, jul/ago 2005.

VERDÚ, Pablo Lucas. *Curso de Derecho Politico, 4 vols*. Madrid: Ed. Tecnos, 1992.

WATTS, Ronald L., “*Sistemas Federales Comparados*”, Marcial Pons, Barcelona, 2006

ZIMMERMANN, Augusto. *Teoria Geral do Federalismo Democrático*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2ª ed, 2005.

OBS: Os casos jurídicos para análise e debate em sala de aula serão disponibilizados ao longo do curso, durante a abordagem da temática pertinente. Alguns sites:

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/ jurisprudência/ pesquisa de jurisprudência. disponível em <<http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/jurisp/asp>.

FÓRUM DAS FEDERAÇÕES/ jurisprudência/ pesquisa de jurisprudência. disponível em <<http://www.forumfed.org>

www.stj.gov.br , www.tjce.jus.br, www.stf.gov.br

19. Avaliação da Aprendizagem: Mediante aplicação de prova abrangendo toda a matéria e trabalhos versados sobre temas da disciplina durante o semestre letivo

20. Observações:

21. Aprovação do Colegiado da Coordenação do Curso:

Nº da ata da Reunião:

____/____

Data de Aprovação: :

____/____/____

Coordenador(a) de Curso
(Assinatura e Carimbo)

22. Aprovação do Colegiado Departamental:

Nº da ata da Reunião:

____/____

Data de Aprovação: :

____/____/____

Chefe(a) do Departamento
(Assinatura e Carimbo)

23. Aprovação do Conselho de Centro / Faculdade / Instituto / Campus:

Nº da ata da Reunião:

____/____

Data de Aprovação: :

____/____/____

Diretor(a)
(Assinatura e Carimbo)

23. Aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

Nº da ata da Reunião:

____/____

Data de Aprovação:

____/____/____

Presidente(a) do Conselho

(Assinatura e Carimbo)